Dívida supera expectativa

Como a reforma tributária é uma questão mais demorada, tanto o Executivo quanto o Legislativo vêm envidando esforços na área da administração tributária.

CADA vez fica mais evidente que o plano de estabilização precisa ser consolidado do ponto de vista fiscal. Controlar as contas públicas tem sido difícil e a falta de um ajuste fiscal no curto prazo pôs em risco o Plano Real. Por falta de medidas nessa área, a queda das taxas de juros parece mais distante do que o desejável, com a consequência de deteriorar os orçamentos governamentais.

É necessário agir em 1996 com mais energia, implementando as reformas administrativa e da previdência, que darão respostas a médio e longo prazos. A curto prazo, é vital a aprovação do Fundo Social de Emergência ou Fundo de Estabilização Fiscal pelo Senado.

Enquanto as reformas não vêm, o Tesouro Nacional continua contabilizando déficits. Em outubro, no conceito de caixa, o déficit foi de R$1,38 bilhão, acumulando desde janeiro R$2,64 bilhões de resultado negativo.

Para outubro já era esperado um grande desembolso com os juros semestrais dos Brady bonds utilizados na reestruturação da dívida externa (R$1,21 bilhão).

As despesas com pessoal cresceram em termos reais 15%, e a dívida pública mobiliária federal aumentou em outubro R$3,9 bilhões, superando as expectativas do governo, que eram de R$6 bilhões no semestre.

Também por conta de juros altos estabelecidos pelo governo federal, vem-se agravando a situação dos estados e municípios, obrigados a rolarem suas dívidas.

Do lado da receita pública, é bastante satisfatório o desempenho dos impostos e contribuições federais. É exatamente por esse motivo que o desequilíbrio das contas públicas não é maior. As receitas fiscais no período janeiro-outubro de 95, em comparação com o mesmo período de 94, cresceram 8,5% em termos reais.

Como a reforma tributária é uma questão mais demorada, tanto o Executivo quanto o Legislativo vêm envidando esforços na área da administração tributária com medidas relacionadas ao imposto de renda das pessoas jurídica e física.

Em novembro, foi aprovado pela Câmara dos Deputados um conjunto de novas regras para o imposto de renda da pessoa jurídica que vigorará a partir de 1996 e que pode ser considerado a primeira decisão para diminuir o chamado "custo-Brasil". O projeto contém a combinação de três atributos fundamentais: diminuição expressiva da carga tributária, com medidas específicas de estímulo ao investimento produtivo; simplificação de procedimentos que resultará em economia de custo e tempo para as empresas; e combate à sonegação e elisão fiscais (manobras tributárias exploradas pelos especialistas, resultando em prejuízo para o conjunto dos contribuintes).

Aprovação no início de dezembro pela Câmara com algumas modificações no texto original, o projeto sobre o imposto de renda da pessoa física será simplificado, com a adoção de um desconto-padrão de 20% sobre o imposto devido, sem necessidade de comprovação de despesas até um determinado teto. A seguir, destacam-se algumas dessas alterações:

- isenção do imposto de renda para quem ganha até R$900 por mês;
- alíquota de 15% para rendimentos mensais entre R$900 e R$1,8 mil;
- alíquota de 25% para rendimentos mensais acima de R$1,8 mil;
- desconto simplificado de 20%, sem necessidade de comprovação de despesas, para
### Arrecadação dos impostos e contribuições federais administrados pela SRF

<table>
<thead>
<tr>
<th>Receitas</th>
<th>Acumulado janeiro a outubro</th>
<th>Variação (%)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>1994</td>
<td>% total</td>
</tr>
<tr>
<td>I. Importação</td>
<td>2.450.157</td>
<td>3.84</td>
</tr>
<tr>
<td>I. Exportação</td>
<td>1.192</td>
<td>0.00</td>
</tr>
<tr>
<td>IPI - total</td>
<td>10.499.394</td>
<td>16.43</td>
</tr>
<tr>
<td>Fumo</td>
<td>1.807.216</td>
<td>2.83</td>
</tr>
<tr>
<td>Bebidas</td>
<td>953.133</td>
<td>1.49</td>
</tr>
<tr>
<td>Automóveis</td>
<td>720.166</td>
<td>1.13</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros</td>
<td>5.883.267</td>
<td>9.16</td>
</tr>
<tr>
<td>Vinculado</td>
<td>1.185.616</td>
<td>1.82</td>
</tr>
<tr>
<td>I. Renda - total</td>
<td>19.381.570</td>
<td>30.34</td>
</tr>
<tr>
<td>P. Física</td>
<td>1.673.213</td>
<td>2.62</td>
</tr>
<tr>
<td>P. Jurídica</td>
<td>5.834.491</td>
<td>9.13</td>
</tr>
<tr>
<td>Entidades Financeiras</td>
<td>1.386.190</td>
<td>2.17</td>
</tr>
<tr>
<td>Demais empresas</td>
<td>4.448.301</td>
<td>6.86</td>
</tr>
<tr>
<td>IRR Fonte</td>
<td>11.873.664</td>
<td>18.59</td>
</tr>
<tr>
<td>Rendimentos do Trabalho</td>
<td>6.392.374</td>
<td>10.07</td>
</tr>
<tr>
<td>Remessas p/ exterior</td>
<td>960.099</td>
<td>1.50</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros rendimentos</td>
<td>723.732</td>
<td>1.13</td>
</tr>
<tr>
<td>II. s/ operações financeiras</td>
<td>4.154.922</td>
<td>6.50</td>
</tr>
<tr>
<td>Imposto territorial rural</td>
<td>15.526</td>
<td>0.24</td>
</tr>
<tr>
<td>IPFM</td>
<td>5.142.766</td>
<td>8.05</td>
</tr>
<tr>
<td>Contribuição p/ seguranca social/Cofins</td>
<td>10.452.993</td>
<td>16.36</td>
</tr>
<tr>
<td>Contribuição p/ PIS/Pasep</td>
<td>5.590.734</td>
<td>8.75</td>
</tr>
<tr>
<td>Contribuição social s/ l. liquido</td>
<td>4.374.251</td>
<td>6.85</td>
</tr>
<tr>
<td>Contribuição plano seg. soc. servidores</td>
<td>1.251.469</td>
<td>1.96</td>
</tr>
<tr>
<td>Contribuição p/ o Fundão</td>
<td>223.512</td>
<td>0.35</td>
</tr>
<tr>
<td>Outras receitas administradas</td>
<td>346.175</td>
<td>0.54</td>
</tr>
<tr>
<td>Receita administrada pela SRF</td>
<td>63.884.738</td>
<td>100.00</td>
</tr>
<tr>
<td>Demais receitas</td>
<td>63.884.738</td>
<td>100.00</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Fonte: MF-SRF e CEEG/IBRE/FEV.

*OBS.: Em R$ mil de outubro de 1995 (atualizados pelo GPI-DI).*

### Execução financeira do Tesouro Nacional

Fluxos em R$ milhões de outubro de 1995*

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Set.</td>
<td>Out.</td>
<td>(%)</td>
<td>Jan.-out.</td>
<td>Jan.-out.</td>
<td>(%)</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>A. Receitas</td>
<td>6.834</td>
<td>7.435</td>
<td>8.8</td>
<td>64.394</td>
<td>73.063</td>
<td>13.5</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>A.1 Recolhimento bruto</td>
<td>6.592</td>
<td>6.909</td>
<td>4.8</td>
<td>61.366</td>
<td>69.675</td>
<td>13.5</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>A.2 Incentivos fiscais (-)</td>
<td>48.55</td>
<td>14.6</td>
<td>423</td>
<td>629</td>
<td>48.7</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>A.3 Operações oficiais de crédito</td>
<td>277.358</td>
<td>29.28</td>
<td>3.059</td>
<td>2.870</td>
<td>-6.2</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>A.4 Outras operações oficiais de crédito</td>
<td>62.210</td>
<td>238.7</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0.132</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>A.5 Remuneração de disponibilidades</td>
<td>13</td>
<td>13</td>
<td>0</td>
<td>302</td>
<td>116</td>
<td>-70.4</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>B. Despesas</td>
<td>6.848</td>
<td>7.822</td>
<td>26.8</td>
<td>65.225</td>
<td>75.711</td>
<td>16.1</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>B.1 Liberações vinculadas</td>
<td>1.986</td>
<td>2.117</td>
<td>6.6</td>
<td>17.515</td>
<td>21.165</td>
<td>20.8</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>B.1.1 Transf. a fundos constitucionais</td>
<td>1.453</td>
<td>1.477</td>
<td>7.7</td>
<td>12.572</td>
<td>15.678</td>
<td>26.8</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>B.1.2 Outras vinculações</td>
<td>534</td>
<td>639</td>
<td>19.7</td>
<td>4.943</td>
<td>5.287</td>
<td>7.0</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>B.2 Liberações ordinárias</td>
<td>4.861</td>
<td>5.760</td>
<td>30.0</td>
<td>47.710</td>
<td>54.546</td>
<td>14.3</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>B.2.1 Pessoal e encargos sociais</td>
<td>2.917</td>
<td>2.958</td>
<td>1.4</td>
<td>25.223</td>
<td>29.865</td>
<td>14.8</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>B.2.2 Encargos da dívida</td>
<td>481</td>
<td>1.955</td>
<td>306.4</td>
<td>8.183</td>
<td>10.796</td>
<td>31.9</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>B.2.2.2 Dívida interna</td>
<td>335</td>
<td>578</td>
<td>72.5</td>
<td>5.409</td>
<td>6.321</td>
<td>16.9</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>B.2.2.3 Dívida externa</td>
<td>145</td>
<td>1378</td>
<td>850.3</td>
<td>2.774</td>
<td>4.476</td>
<td>61.4</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>B.2.3 Outros custeios e investimentos</td>
<td>1.161</td>
<td>1.406</td>
<td>21.1</td>
<td>10.530</td>
<td>11.514</td>
<td>9.3</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>B.2.4 Restos a pagar</td>
<td>24</td>
<td>56</td>
<td>133.3</td>
<td>597</td>
<td>622</td>
<td>4.2</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>B.2.5 Operações oficiais de crédito</td>
<td>278</td>
<td>331</td>
<td>19.1</td>
<td>2.648</td>
<td>228.16.7</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>C. Resultado fiscal (A-B)</td>
<td>-13</td>
<td>-1.388</td>
<td>-831</td>
<td>-2.647</td>
<td>218.5</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Fonte: MF-STN e CEEG/IBRE/FEV.

*Índice de inflação: GPI-DI.*

---

La Ait Pereira

Economista do CEEG